AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.926 - ES (2019/0039443-4)

RELATOR	**:**	**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE	:	MUNICÍPIO DE VITÓRIA
PROCURADORES	:	ROBERTO FRANCA MARTINS E OUTRO(S) - ES003805
		LEONARDO ZEHURI TOVAR - ES010147
AGRAVADO	:	WINNER IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **Município de Vitória**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado (fls. 96/98):

> *TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - IPTU - CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA - PRESCRIÇÃO - AUSÊNCIA DE MOROSIDADE DA MÁQUINA JUDICIÁRIA - DEVER DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO FISCAL - AUSÊNCIA DE PREVISÃO PARA SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL - CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NAS CUSTAS PROCESSUAIS - INCABÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*
>
> *1. O termo inicial do lapso extintivo em detrimento do Poder Público - e favorável ao contribuinte - conta-se da constituição definitiva do crédito, que no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, conforme consolidada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 2.*
>
> *Por outro lado, o STJ decidiu, em recurso representativo de controvérsia, que a propositura da ação constitui o dies ad quem do prazo prescricional e, simultaneamente, o termo inicial para sua recontagem sujeita às causas interruptivas previstas no artigo 174. parágrafo único, do CTN (REsp 1120295/SP, Rei. Ministro LUIZ FUX,*
>
> *PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 21/05/2010). De acordo com o referido precedente vinculante, o despacho que ordena a citação do devedor constitui causa de interrupção da contagem do prazo prescricional, desde que proferido após a entrada em vigor da LC 118/2005 (9 6 2005), que modificou a redação do art 174. do CTN.*
>
> *3 O crédito referente ao IPTU de 2001 foi atingido pela prescrição natural, ainda que tenha sido inscrito no ano posterior (2002) e componha a CDA datada de dezembro/2006*

> *'Os demais créditos foram inegavelmente atingidos pela prescrição intercorrente, posto que desde o ajuizamento, em 19/12/2006. até a prolação da sentença, em 26/08/2013. não houve citação do executado.*
> *4 Ao invés de esgotar os meios para a localização do executado, a Procuradoria Municipal reteve os autos por quase dois anos sem qualquer requerimento ou justificativa.*
> *5. Não pode o apelante querer transferir ao Poder Judiciário a culpa pela ocorrência da prescrição,quando era seu ônus instruir a execução com oendereço correto para citação do devedor ou demonstrar a impossibilidade de localização erequerer a citação por edital*
> *6. A não atualização do cadastro pelo executado poderia justificar apenas a sua citação por edital,mas não a suspensão do prazo prescricional do crédito, mesmo porque, referida hipótese não está inserida no rol taxativo do parágrafo único, do art.174, do CTN.*

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, a ora agravante aponta violação ao art. 174, I, do CTN. Sustenta, em síntese, a não ocorrência da prescrição, uma vez que "*a morosidade ocorreu por conta do próprio Poder Judiciário e não do Município Recorrente, o qual apresentou DIVERSOS endereços para citação após a dissolução irregular da empresa*" (fl. 112).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que, ao tempo da prolação do juízo de admissibilidade do recurso especial (fls. 123/125), o Superior Tribunal de Justiça já havia afetado o tema em debate para exame sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (**Tema 179**), a saber, acerca da possibilidade de verificação da responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais, nos casos de demora na citação (**REsp 1102431/RJ**, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO), e julgado em 9/12/2009 (DJe 01/02/2010). Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

> *PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR CULPA DO PODER JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ.*

REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ.

1. O conflito caracterizador da lide deve estabilizar-se após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes, uma vez que a prescrição indefinida afronta os princípios informadores do sistema tributário.

2. A perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário. Inteligência da Súmula 106/STJ. (Precedentes: AgRg no Ag 1125797/MS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 16/09/2009; REsp 1109205/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe 29/04/2009; REsp 1105174/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 09/09/2009; REsp 882.496/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 26/08/2008; AgRg no REsp 982.024/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 08/05/2008) 3. In casu, a Corte de origem fundamentou sua decisão no sentido de que a demora no processamento do feito se deu por culpa dos mecanismos da Justiça, verbis: "Com efeito, examinando a execução fiscal em apenso, constata-se que foi a mesma distribuída em 19/12/2001 (fl.02), tendo sido o despacho liminar determinando a citação do executado proferido em 17/01/2002 (fl. 02 da execução). O mandado de citação do devedor, no entanto, somente foi expedido em 12/05/2004, como se vê fl. 06, não tendo o Sr. Oficial de Justiça logrado realizar a diligência, por não ter localizado o endereço constante do mandado e ser o devedor desconhecido no local, o que foi por ele certificado, como consta de fl. 08, verso, da execução em apenso.

Frustrada a citação pessoal do executado, foi a mesma realizada por edital, em 04/04/2006 (fls. 12/12 da execução).

(...) No caso destes autos, todavia, o fato de ter a citação do devedor ocorrido apenas em 2006 não pode ser imputada ao exequente, pois, como já assinalado, os autos permaneceram em cartório, por mais de dois anos, sem que fosse expedido o competente mandado de citação, já deferido, o que afasta o reconhecimento da prescrição.

(...) Ressalte-se, por fim, que a citação por edital observou rigorosamente os requisitos do artigo 232 do Código Processual Civil e do art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80, uma vez que foi diligenciada a citação pessoal, sem êxito, por ser o mesmo desconhecido no endereço indicado pelo credor, conforme certificado pelo Sr. Oficial de Justiça, à fl. 08, verso dos autos da

> *execução." 4. A verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ.*
> *5. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem para prosseguimento do executivo fiscal, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.*

Mesmo na vigência do CPC/73, a aplicação da sistemática dos recursos especiais repetitivos deveria anteceder a análise dos pressupostos de admissibilidade do apelo raro, incumbindo ao Presidente do Tribunal de origem assim proceder em relação aos recursos especiais que versassem sobre os temas já julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73: *"Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça"* (art. 543-C, § 7º, I e II, do CPC/73).

Esse mesmo procedimento restou ratificado pelo novel diploma processual civil (cf art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015).

Assim, haverá o juízo de admissibilidade do recurso especial somente nos casos em que, ultrapassada a fase relativa ao juízo de conformidade, o Tribunal *a quo*, **em decisão colegiada**, mantiver a decisão divergente daquela firmada no *leading case* (art. 543-C, § 8º, do CPC/73: *"Na hipótese prevista no inciso II do § 7o deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem,* ***far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial****"*; cf ainda art. 1.030, V, *c*, do CPC/2015).

Compete, pois, ao Tribunal *a quo* efetuar o juízo de conformidade (art. 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/73; art. 1.030, I, *b*, CPC/2015) **antes** de analisar os pressupostos de prelibação do recurso especial.

De fato, na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de

adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2008. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da **Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP,** Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

> *"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada.*
> *O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*
> *Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.*
> *Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."*

No caso, a Vice-Presidência do Tribunal local inadmitiu, de pronto, o recurso especial, sem que **antes** fosse cumprido o rito do art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015, isto é: **ou** negativa de seguimento do recurso especial se o acórdão recorrido estiver em conformidade com o julgado repetitivo; **ou** encaminhamento do processo ao órgão colegiado para eventual juízo de retratação se o acórdão recorrido divergir do entendimento do STJ.

ANTE O EXPOSTO, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja observado o rito previsto no 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 15 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator